

**APRESENTAÇÃO GERAL DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA
ESPECIAL DE MACAU EM 2018**

O ano de 2018 foi um ano fulcral para o prosseguimento do Décimo Terceiro Plano Quinquenal nacional, sendo também um ano em que Macau entrou na fase intercalar da implementação do primeiro Plano Quinquenal do Desenvolvimento do Governo da RAEM. O Governo da RAEM vai empenhar-se em coordenar as estratégias e concretizar o Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, participando de forma plena no desenvolvimento nacional, sob o princípio de Desenvolver acções governativas de acordo com as necessidades nacionais e as vantagens específicas de Macau e através da articulação do Plano Quinquenal da RAEM, as Linhas de Acção Governativa com a construção da Grande Baía. Em 2018, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, participou na primeira reunião plenária do Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, onde foi criada a Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, responsável por coordenar os planos gerais e os trabalhos preparatórios, de curto, médio e longo prazos, da participação da RAEM na construção da Grande Baía. Entretanto, efectuou um périplo pelas nove cidades integradas na Grande Baía, aproveitando as vantagens e características de Macau em estreita conjugação e cooperação de ganho duplo com cidades irmãs integradas na Grande Baía, de forma a impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Em 2018, o desenvolvimento de Macau manteve-se, em geral, estável e positivo. O Governo da RAEM deu início à elaboração do Plano de médio e longo prazo de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028) e definiu planos de curto, médio e longo prazo da resposta ao tufão e incidentes de segurança e a Lei-Quadro da Protecção Civil, a fim de elevar o nível da capacidade de resposta em casos de emergência e reforçar a segurança urbana. Ao mesmo tempo disso, continuou a reforçar os trabalhos nas áreas de saúde, segurança social, ensino e planeamento urbano, fomentando com empenho a influência de Macau enquanto Cidade da Gastronomia e acelerando a construção de Macau como uma cidade com condições ideais de habitação, deslocação, turismo e lazer.



Integração na Conjuntura do Desenvolvimento Nacional e Assumir a Missão da Construção da Grande Baía



A construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau faz parte importante e integrante da estratégia de desenvolvimento nacional na nova era, sendo um importante passo da nova fase de reforma e abertura e também uma prática inovadora da promoção da causa "um país, dois sistemas". A construção da Grande Baía aprofundou ainda mais a cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau, a complementaridade recíproca de vantagens,

o desenvolvimento sinérgico, o benefício mútuo e ganho duplo e a prosperidade comum. O Governo da REAM procurará identificar e perceber com exactidão o posicionamento de Macau no processo de reforma e abertura na nova era e, norteado pelo princípio das “necessidades do País, vantagens de Macau”, para participar totalmente na implementação da estratégia do País para o aprofundamento da reforma e abertura, com um espírito inovador e empreendedor.

Publicação das Linhas Gerais do Planeamento marca o novo patamar da construção da Grande Baía

Em 18 de Fevereiro de 2019, foram publicadas oficialmente as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Este documento programático oferece planeamentos abrangentes quanto ao posicionamento estratégico, aos objectivos de desenvolvimento e à projecção espacial da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Segundo as Linhas Gerais do Planeamento, a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau tornar-se-á, não só, numa área metropolitana de nível mundial muito dinâmica, num centro internacional de inovação científico-tecnológica, num suporte importante da construção de «Uma Faixa, Uma Rota» e numa zona piloto de cooperação aprofundada entre o Interior da China, Hong Kong e Macau, mas também numa área com qualidade de vida que ofereça boas condições para viver, trabalhar e viajar, passando a ser um modelo exemplar do desenvolvimento de qualidade elevada.

No Décimo Segundo Plano Quinquenal Nacional e no Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional foi definido o posicionamento de Macau como “Um Centro, Uma Plataforma”. Por sua vez, estas “Linhas Gerais” atribuem mais uma missão a Macau, que é a sua construção como base de cooperação e diálogo, sob o lema “promover a coexistência das diversas culturas, com predominância da cultura chinesa”. O Chefe do Executivo, Chui Sai On, salientou, no seu artigo intitulado “Integração na conjuntura do desenvolvimento nacional e assumir a missão atribuída a Macau na nova era”, que o posicionamento de Macau no desenvolvimento e construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau demonstra a posição que Macau ocupa na estratégia nacional. Isto representa um reconhecimento, expectativa e oportunidade histórica, como também uma responsabilidade e desafio. Chui Sai On acrescentou que as Linhas Gerais, enquanto estratégia nacional de desenvolvimento regional, atribuem a Macau as tarefas de construir a base de cooperação e diálogo, orientada pela coexistência das diversas culturas e de impulsionar a continuidade e o desenvolvimento da cultura chinesa tradicional de excelência, dando ênfase à predominância da cultura chinesa. Isso justifica-se pelas vantagens institucionais únicas que Macau possui, pelo seu especial estatuto histórico, e pela grande sedimentação histórica e cultural em Macau. Daí que Macau assumirá responsabilidades acrescidas e tarefas intensas. Nesta conjuntura da estratégia do desenvolvimento nacional, todos os trabalhos vocacionados para o desenvolvimento futuro de Macau terão de ser desenvolvidos, atendendo aos posicionamentos e às missões atribuídas a Macau. Tanto “um centro”, “uma plataforma”, como a nova missão de “base” colocam, na prática, Macau no elo de ligação entre a China e o Mundo. Está assim destacado o estatuto histórico de Macau, o seu nível de internacionalização e o seu importante papel no intercâmbio entre a China e o Mundo.

Potencializar as vantagens de Macau na promoção de trabalhos de conjugação

Em 1 de Julho de 2017, sob a testemunha do Presidente do País, Xi Jinping, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma e os governos de três lugares de Guangdong, Hong Kong e Macau assinaram em Hong Kong o Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, definindo, para a construção da Grande Baía, objectivos e princípios da cooperação e fixando também áreas prioritárias da cooperação.

O ano de 2018 foi um ano determinante para o prosseguimento do Décimo Terceiro Plano Quinquenal nacional, sendo também um ano em que Macau entrou na fase intercalar da implementação do primeiro Plano Quinquenal do Desenvolvimento do Governo da RAEM. Com vista a implementar a estratégia e o Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, o Governo da RAEM, os ministérios e comissões centrais e os governos dos diversos locais têm procurado em conjunto para avanços políticos com mentes abertas e inovadoras de forma a promover conjuntamente o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong, Hong Kong e Macau.

Realizou-se, no início de Janeiro de 2018, a Conferência de Cooperação Conjunta Guangdong-Macau, onde ambas as partes definiram as acções prioritárias do novo ano, incluindo a promoção da conjugação com as sete áreas importantes, definidas no Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, reforçando, através da promoção da construção da Grande Baía, a interligação e o estreitamento das relações entre Macau e Guangdong. Com o objectivo de promover a integração de Macau nos projectos das construções da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a implementação rigorosa do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, teve lugar, em 4 de Maio, em Cantão, a cerimónia de assinatura do Acordo do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau. A criação do Fundo Guangdong-Macau constitui o primeiro resultado frutuoso na área da cooperação da inovação financeira entre as duas jurisdições, na sequência do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, sendo também ponto de entrada importante para o impulso da cooperação entre Macau e a província de Guangdong para a integração nas construções da Grande Baía Hong Kong-Guangdong-Macau. O Fundo Guangdong-Macau dará o seu contributo positivo na promoção das redes de articulação e conexão em termos de infra-estruturas na Grande Baía Guangdong-Hong-Kong-Macau, no apoio à construção de grandes plataformas, na cultivação de indústrias emergentes e na construção conjunta de áreas de alta qualidade adequadas a fins de habitação, subsistência e lazer, no sentido de unir, de forma mais estreita, o desenvolvimento respectivo de Macau e Guangdong.

Em final de Junho e no início de Julho, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, à chefia da delegação oficial da RAEM, efectuou, por fases, o périplo pelas nove cidades integradas na Grande Baía, nomeadamente Zhuhai, Cantão, Shenzheng, Zhongshan, Jiangmen, Zhaoqing, Foshan, Huizhou e Dongguan. Com base na boa relação do passado e no Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía, o périplo estreitou ainda mais a cooperação entre Macau e cidades irmãs integradas na

Grande Baía, explorando a cooperação nas áreas de indústria, economia, comércio, transporte e desenvolvimento juvenil, para que estejam preparados conjuntamente para o planeamento da construção da Grande Baía.

Tal como o Chefe do Executivo, Chui Sai On, indicou no encontro com o vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, Han Zheng, onde relatou o ponto da situação do trabalho do Governo da RAEM na construção da Grande Baía, que a participação de Macau na construção da Grande Baía traduz na implementação plena do espírito do 19.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China e na integração na grande conjuntura de desenvolvimento nacional. A RAEM está particularmente atenta ao reforço da sua reconstrução, estando seriamente a realizar os trabalhos preparativos que permitem estar disposta e tomar a iniciativa de coordenar entre o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, as Linhas de Acção Governativa e a construção da Grande Baía. Tendo em conta as experiências no passado, a diversificação adequada da economia da RAEM tem sido limitada por várias condicionantes e factores objectivos, nomeadamente falta de talentos e terrenos, portanto, o planeamento da Grande Baía irá oferecer a Macau, numa próxima fase, possibilidades para impulsionar o desenvolvimento da diversificação económica, bem como, novas oportunidades junto dos vários sectores a nível local.

Ajustar o planeamento quinquenal em articulação com o desenvolvimento da Grande Baía

Em 2018, foi criado, pelo Governo Central, o Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O Chefe do Executivo, Chui Sai On, participou, na qualidade do membro, na primeira reunião plenária do Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, realizada em 15 de Agosto. O dito Grupo de Líderes confirmou que o Governo Central irá apoiar a construção de centro internacional de inovação científico-tecnológica na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e reforçar a cooperação entre três lugares Guangdong, Hong Kong e Macau, no domínio de ciência e tecnologia.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On, salientou que “Macau empenhará todos os esforços para articular as suas políticas com o planeamento uniformizado das estratégias da Pátria, ou seja, desempenhar, da melhor forma, as próprias características e vantagens aquando da sua participação na construção da Grande Baía, reforçar a construção de mecanismos, ajustar o planeamento quinquenal do desenvolvimento de Macau, nomeadamente aumentar os conteúdos para corresponder ao desenvolvimento da Grande Baía, bem como, fortalecer a inovação de políticas para uma melhor articulação desta matéria”.

Em 1 de Setembro, foi criada a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, resultante de uma fusão do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e do Grupo de Trabalho do Interior do País na dependência do Gabinete do Chefe do Executivo. Para implementar e articular-se com o planeamento uniformizado das estratégias definidas pelo Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, realizou-se, em 20 de Setembro, a reunião anual da Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e lazer presidida pelo Chefe do Executivo, na

qual se tratou da elaboração de um anexo do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, que acrescenta conteúdos concernentes à cooperação para o desenvolvimento da Região da Grande Baía. A Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer elencou os cinco principais temas a serem acrescentados ao PQD, incluindo: promover a diversificação adequada da economia da RAEM; participar na inovação científico-tecnológica da Grande Baía; apoiar a juventude local para inovar, empreender e trabalhar na Grande Baía; incentivar a integração de infra-estruturas com a Grande Baía; aperfeiçoar as medidas que oferecem facilidades para os residentes de Macau morarem e trabalharem na Grande Baía.

Criação da Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau



Em Novembro, foi criada, segundo o despacho do Chefe do Executivo, a Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, competindo à Comissão coordenar os planos gerais e os trabalhos preparatórios, de curto, médio e longo prazos, da participação da RAEM na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promovendo a realização de estudos com vista à formulação das respectivas estratégias políticas; elaborar o programa anual de trabalhos e supervisionar a sua implementação; fixar directrizes e emitir instruções sobre as actividades a desenvolver. A Comissão funciona na dependência do Chefe do Executivo, que a preside.

Em 6 de Dezembro, o Chefe do Executivo, em representação do Governo da RAEM, assinou com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, a Preparação para a participação plena de Macau na construção de «Uma Faixa, Uma Rota». A Preparação focaliza a cooperação na área

financeira, o intercâmbio económico e cooperação, a comunicação entre os povos e a promoção da cooperação com outras cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, favorecendo a valorização das vantagens singulares de Macau e o contributo de Macau para a construção de «Uma Faixa, Uma Rota» e, contribuindo também a melhoria da própria competitividade de Macau através da participação na construção de «Uma Faixa, Uma Rota», para desenvolver novas vantagens e explorar novo espaço de desenvolvimento, a fim de concretizar o maior desenvolvimento. A Preparação reveste de um importante significado para impulsionar Macau a desempenhar um maior papel no processo nacional de abertura e reforma e para apoiar Macau a integrar-se no desenvolvimento nacional.

Abertura oficial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau contribui para a integração na Grande Baía através de conectividade

A cerimónia de entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau decorreu, pela manhã de 23 de Outubro, em Zhuhai da província de Guangdong, na qual esteve presente o Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Presidente da República Popular da China e Presidente da Comissão Militar Central da RPC, Xi Jinping, que declarou a abertura oficial da circulação da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, efectuando ainda uma inspecção sobre a Ponte. A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau representa uma obra de grande envergadura de transporte, que atravessa o mar, construída pela primeira vez conjuntamente através da cooperação entre três lugares Guangdong, Hong Kong e Macau no contexto do princípio “um país, dois sistemas” e a sua abertura reveste de importante significado para impulsionar a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Com o apoio dos ministérios e comités competentes, assim como do governo de Guangdong, as obras da Zona de Administração de Macau do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e dos respectivos acessos bem como os diversos trabalhos preparativos foram basicamente concluídos no final de Dezembro de 2017. Autorizado pelo Conselho de Estado, a Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau foi entregue oficialmente, a partir das zero horas do dia 15 de Março de 2018, à Região Administrativa Especial de Macau, ficando sujeita à aplicação do Direito deste território.

A Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau faz parte importante do projecto da construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. No posto fronteiriço da Ponte entre Zhuhai e Macau é aplicado o modelo inovador de passagem fronteiriça, o modelo de inspecção fronteiriça integral. A inauguração e a abertura oficial da circulação da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, bem como o modelo inovador de passagem fronteiriça entre Zhuhai e Macau representam uma boa demonstração exemplar da cooperação regional sob o princípio “um país, dois sistemas”, marcando as amplas e efectivas perspectivas do desenvolvimento da área metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

A abertura oficial da circulação da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau marca a aceleração de ritmo da integração dos três lugares Guangdong, Hong Kong e Macau, contribuindo directamente para o desenvolvimento económico, de sector de convenções e exposições e do comércio.

De acordo com a disposição das Linhas Gerais do Planeamento, Macau vai potenciar ainda mais suas vantagens enquanto o Centro Mundial de Turismo e Lazer e a Plataforma de Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa, para impulsionar o desenvolvimento e fortificação das indústrias emergentes e acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Dado que as diversas cidades integradas na Grande Baía são diferenciadas em divisão industrial, no papel e no posicionamento, Macau deve valorizar as suas próprias vantagens e adoptar uma estratégia de promover a cooperação e desenvolvimento conforme identidade e diferença do posicionamento, aproveitando de forma adequada os dividendos de políticas e a força dinâmica de inovação para tornar as cidades da Grande Baía o sertão do seu desenvolvimento da diversificação adequada da economia, a fim de explorar um espaço mais amplo para o desenvolvimento de Macau.

Intensificar a Capacidade de Resposta a Emergências e Reforçar a Construção de uma Cidade Segura



A construção de uma cidade com condições ideais de habitação, deslocação e turismo é um importante componente do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM. Ao desenvolver o trabalho da construção em diversos domínios no sentido de otimizar o ambiente de habitação e deslocação, o Governo da RAEM tem prestado muita importância à construção de uma cidade segura para garantir a segurança de vida e de bens patrimoniais dos residentes. Após

a ocorrência em 23 de Agosto de 2017 da catástrofe causada pelo tufão "Hato", o Governo da RAEM procedeu, de forma contínua, à revisão e aperfeiçoamento do trabalho de resposta a grandes incidentes e desastres, e promoveu e implementou diversas medidas de prevenção e redução de desastres. Tendo em conta as recomendações do grupo de especialistas da Comissão Nacional para a Redução de Desastres no âmbito de segurança, o Governo definiu os planos de curto, médio e longo prazo para responder aos tufões e incidentes de segurança, procedendo a trabalhos de acompanhamento e aperfeiçoamento nas áreas de acção da protecção civil, coordenação de combate a catástrofes e renovação institucional. Os diversos serviços procederam a ajustamentos da disposição de trabalho em função do plano, optimizando e aperfeiçoando continuamente as diversas medidas de prevenção e resposta a emergências.

Divulgação atempada de informações corretas contribui para a coordenação efectiva de acções de resposta a emergência e de salvamento

A garantia da precisão e circulação de informações constitui um importante elemento para fazer face a catástrofes e evitar os desastres secundários. A estrutura de protecção civil tem reforçado, por um lado, o mecanismo de coordenação, e por outro, os meios de divulgação de informações e canais de comunicação. Como comando unificado de combate e prevenção de catástrofes, o Centro de Operações de Protecção Civil (COPC) instalou o sistema público de difusão, facilitando a transmissão das informações aos membros da estrutura de protecção civil, bem como o reforço da eficiência na comunicação.

No que diz respeito à comunicação com o exterior, foram instaladas 12 linhas telefónicas de emergência e de pedido de informação no Centro de Operações de Protecção Civil, que funcionam quando a estrutura da protecção civil for totalmente activada e os Serviços de Alfândega, o Corpo de Polícia de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros aumentem também o número das linhas abertas. Uma vez activada a estrutura da protecção civil, o número de linhas disponíveis ao público pode ser reforçado de 25 para 55. Também serão distribuídos rádio comunicadores de uso policial para as organizações comunitárias de diferentes zonas, de modo a que estas possam, durante a ocorrência de desastres, entrar em contacto com o COPC, estabelecimentos de saúde, companhias de abastecimento de água e de electricidade, para efeitos de informação sobre a situação ou pedido de auxílio, reforçando a cooperação e auxílio mútuo.

Para que o público possa obter a tempo informações corretas, a estrutura da protecção civil instalou o sistema de alarme de alta frequência, respectivamente, no Farol da Guia, na Taipa Grande e no Alto de Coloane, difundindo informações de prevenção e alerta sobre inundações, storm surge, entre outras ocorrências junto dos residentes. Entretanto foi concluída a instalação dos sistemas de difusão sonora e painéis de informação nos principais postos fronteiriços, para que os turistas e os residentes concentrados ou retidos nas instalações possam obter informações sobre a tempestade, ou outras.

Após a catástrofe causada pelo tufão "Hato", na área da segurança foi criado o grupo de divulgação de informações de protecção civil, ao qual compete coordenar a divulgação de informações quando a estrutura da protecção civil for totalmente activada, bem como desenvolver

acções de sensibilização e de educação tendentes a elevar a consciência da população na prevenção e resposta de desastres.

Desde Setembro de 2017, sob a coordenação do Gabinete do Secretário para a Segurança, as forças e serviços de segurança têm aperfeiçoado de forma constante os trabalhos de divulgação de informações de protecção civil. Vai ser dada continuidade ao estabelecimento de mecanismo de comunicação e cooperação mais próximas com os órgãos de comunicação social.

Tufão severo voltou após um ano e trabalho de resposta efectiva obteve reconhecimento

Em 16 de Setembro de 2018, Macau foi atingido pelo tufão severo "Mangkhut". O aperfeiçoamento dos mecanismos e a plena preparação efectuada após o tufão "Hato", ocorrido no ano anterior, e fruto da liderança do Chefe do Executivo, a área da segurança, os serviços de outras tutelas e todos os órgãos/serviços da estrutura da protecção civil, esforçaram-se, em conjunto com toda a população para enfrentar este tufão, tendo-se conseguido evitar casos mortais e reduzir ao máximo possível a ocorrência de feridos e de perdas, bem como reestabelecer-se imediatamente a ordem da vida normal da sociedade. O efeito da resposta foi plenamente reconhecida e aplaudida pelos cidadãos de Macau.

No dia 13 de Setembro, o Chefe do Executivo convocou uma reunião da protecção civil, na qual auscultou as informações sobre o dispositivo policial em resposta ao "Mangkhut", inspeccionou as zonas baixas e auscultou ainda o dispositivo policial sobre o Plano de evacuação das zonas baixas em situações de storm surge durante a passagem do tufão. Durante a passagem do "Mangkhut", o Chefe do Executivo deslocou-se pessoalmente, por cinco vezes, ao COPC para realizar reuniões, com o intuito de entender e emitir instruções aos diversos trabalhos de resposta.

No dia 15 de Setembro, pela manhã, o Secretário para a Segurança convocou uma reunião com todos os dirigentes da área de segurança, exigindo-lhes que mantivessem contactos estreitos entre os serviços e dessem o máximo do seu esforço quanto à preparação dos trabalhos de contingência. Na tarde do mesmo dia, o Secretário para a Segurança, juntamente com alguns dos representantes da estrutura da protecção civil, realizou uma conferência de imprensa sobre a resposta ao tufão severo "Mangkhut", expondo os diversos trabalhos preparativos.

Sob a organização e coordenação do Governo da RAEM, foram disponibilizados vários silos dos serviços públicos, com um total de 627 lugares de estacionamento, e uma grande quantidade de lugares seguros de estacionamento temporário; seis operadoras de jogo disponibilizaram igualmente o acesso gratuito dos parques de estacionamento ao público, entre os dias 15 e 18, com um total de 2770 lugares de estacionamento de veículos, reduzindo a possibilidade de grandes prejuízos resultantes dos veículos afectados por inundações. O Chefe do Executivo solicitou, de acordo com a avaliação de riscos do COPC, o encerramento dos casinos das seis operadoras de jogos, pelas 11h da noite do dia 15 de Setembro até às 08h da manhã do dia 17 de Setembro, de forma a assegurar a segurança pessoal dos indivíduos envolvidos, aliviando a pressão da segurança pública trazida pelos movimentos do grande número dos trabalhadores

do sector e de turistas, bem como para atenuar as preocupações dos trabalhadores. Após o contacto e coordenação oportunamente efectuados com o governo de Zhuhai, Macau encerrou, no dia 16, pela 01h da madrugada, os três postos fronteiriços, das Portas de Cerco, do Parque Industrial Fronteiriço e do Cotai, com vista a assegurar a segurança da população e dos turistas.

Em 16 de Setembro, pelas 02h da madrugada até 11h da manhã, Macau tinha içado os sinais de tempestade tropical n.ºs 8, 9 e 10, pelas 2h da tarde, as autoridades emitiram o Alerta preto de storm surge para as zonas da Praia de Manduco, do Porto Interior, do Fai Chi Kei, Ilha Verde, que sofreram cheias rápidas e graves inundações. As inundações do Porto Exterior atingiram 1,9 m, tendo os SA e o CB utilizado novos botes de borrachas e motos de água para transportar os cidadãos necessitados a saírem rapidamente do local. Com a activação do Plano de evacuação das zonas baixas em situações de storm surge durante a passagem de tufão, os SA, CB, CPSP, PJ e ESFSM iniciaram de imediato as operações de acordo com o zonamento de responsabilidades, ajudando os cidadãos das zonas baixas e os turistas a deslocarem-se para locais seguros; ao mesmo tempo, foram abertos os 16 centros de abrigo, quatro locais de concentração de transporte para pessoas necessitadas e quatro locais de permanência de evacuação de emergências. Estas acções de evacuação, levaram a que fossem retirados 5650 moradores residentes nos rés-do-chão e nos andares baixos, sendo que no período mais crítico se contou um total de 1343 pessoas alojadas nos 16 centros de abrigo.

Durante a içada dos sinais de tempestade tropical e a emissão do Alerta de storm surge, a estrutura da protecção civil através dos sistemas de alarme instalados nas três zonas mais altas de Macau e das Ilhas e nos 90 postes nas zonas baixas da cidade, difundiu várias vezes alertas em cantonês, mandarim, português e inglês e os avisos sonoros, para alertar os cidadãos para a gravidade da situação e a necessidade de abandonarem os rapidamente os locais.

Durante a passagem do tufão, o Governo divulgou oportunamente um grande número de informações, com exactidão e com esclarecimentos efectivos, os órgãos de informação também auxiliaram plenamente na divulgação dessas informações. Conseguiu-se assim assegurar a estabilidade emocional da sociedade, o que favoreceu o trabalho do Governo na resposta ao tufão.

Depois de ter sido içado o sinal de tempestade tropical n.º 3, no dia 17 de Setembro, pelas 04h da madrugada, os SPU, os SA, a PJ, o CPSP, o CB e a ESFSM, juntamente com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, mobilizaram mais de 2000 trabalhadores para iniciarem imediatamente as acções de remoção dos obstáculos. As principais estradas foram abertas na manhã do dia 17, o trabalho da remoção dos obstáculos estava praticamente concluída em todas as zonas de Macau, na madrugada do dia 18; a Direcção dos Serviços Correccionais, os SA, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e mais de dez associações civis reuniram em grupo para remover os obstáculos, contando com um total de mais de 2700 voluntários, três associações do sector de construção emprestaram bombas elevatórias, auxiliando as autoridades a acelerar essas acções, sendo que a ordem pública foi praticamente recuperada num curto espaço de tempo. O Governo da RAEM decidiu suspender as aulas e dispensar a comparência ao serviço dos funcionários públicos, no dia 17 de Setembro, para que o trabalho da remoção dos obstáculos planeados para esse dia pudessem correr bem, ajudando a reestabelecer, o mais rápido possível, a ordem social e a vida normal da população.

Implementação de planos de curto, médio e longo prazo otimiza a capacidade de prevenção e redução de desastres



No âmbito das instalações e Hard Ware, o Governo da RAEM têm reforçado os equipamentos e ferramentas de resposta a desastres e de reconstrução, tendo em vista elevar a capacidade de prevenção e a redução de desastres dos serviços da área da segurança. Os equipamentos incluem: drones marítimos, robô submarino controlado por cabos, rádios de comunicação subaquática com máscara, botes rápidos de patrulhamento e fiscalização com aparelho de visão nocturna, botes de borracha, geradores eléctricos, bombas de água, motosserras, serras de cadeia, cortadores eléctricos grandes, ferramentas de arrombamento, serras eléctricas e máquinas de corte de ramos de árvores, entre outros.

O plano de médio prazo abrange a construção de um edifício do Centro de Protecção Civil e de Operações de Contingência na península de Macau através dos serviços de solos e obras públicas. O projecto foi entregue a estes serviços em 2018. O programa contém a construção do edifício bem como as instalações fundamentais para acorrer as necessidades concretas do seu funcionamento e assegurar a gestão e a coordenação do armazenamento eficaz dos materiais de socorro e salvamento. Os SPU têm iniciado o projecto das obras de ampliação do COPC sito no 3.º andar do Edifício do Serviço de Migração do CPSP em Pac On, Taipa, com vista a servir como instalação provisória após a criação do órgão especializado de protecção civil.

Paralelamente ao aperfeiçoamento de medidas e operações de protecção civil, o Governo, de acordo com os Planos de curto, médio e longo prazo de resposta a tufões e incidentes de segurança, no âmbito da protecção civil, fez a revisão do actual regime jurídico, estrutura

orgânica e o mecanismo de trabalho e funcionamento, e elaborou a Lei de Bases da Protecção Civil e os trabalhos complementares do regulamento administrativo.

Sob a liderança do Gabinete do Secretário para a Segurança, os Serviços de Polícia Unitários lançaram uma consulta pública de 45 dias, de 28 de Junho a 11 de Agosto de 2018, sobre a elaboração da Lei de Bases da Protecção Civil, auscultaram plenamente as opiniões e sugestões dos diferentes sectores da sociedade e do público em geral.

A Secretaria para a Segurança, os SPU e a DSFSM conjuntamente com uma escola superior e uma companhia de ciência tecnológica do Interior do País, estão a estudar e a desenvolver a Plataforma de comando para resposta a emergências, sendo que uma parte do subsistema já foi desenvolvida em Abril do corrente ano. Foi testado o enquadramento da respectiva plataforma no exercício denominado "Peixe de Cristal" realizado no dia 28 de Abril de 2018. De momento estão a analisar o feedback do teste e a aperfeiçoar o sistema, procurando constituir nessa plataforma preliminarmente e ainda durante 2018, cinco subsistemas considerados impreteríveis, a saber: a gestão de recursos, a recepção de informações, os tratamentos delas emergentes, a divulgação de alerta e ainda indicações sobre uma panorâmica global da situação.

Reforçar a capacidade de resposta a emergências das infra-estruturas para aliviar impactos sobre a vida da população

Por outro lado, o Governo da RAEM reforçou a capacidade de prevenção de catástrofes na ocorrência de acidentes de contingência, iniciando pela construção de instalações relativas à vida de população e às infra-estruturas. Foi concluído o projecto de reequipamento da rede de distribuição de electricidade, que envolve, nomeadamente a mudança de instalações de fornecimento de electricidade, a reconfiguração da rede eléctrica para rede em anéis e o reforço de instalações à prova de água, tendo sido iniciada a implementação das respectivas medidas. Em 2018, foram concluídos os trabalhos de intervenção e melhoria em mais de 80 postos de transformação situados nas zonas baixas. O Governo procedeu a uma nova revisão do fornecimento de electricidade a Macau, promovendo o projecto das novas unidades de geradores a gás natural, com o intuito de aumentar a capacidade de produção de electricidade local. Por outro lado, em conjunto com o Interior da China, procedeu-se à revisão e elaboração do plano de garantia de fornecimento de energia eléctrica de reserva, para atender a situações de emergência.

A construção de três subestações de alta tensão tem como objectivo melhorar a rede eléctrica local, das quais, as subestações do Centro Hospitalar Conde de São Januário e da Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau entraram em funcionamento em 2018 e a construção da subestação do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas foi concluída também no final do ano.

No que respeita à construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de alta tensão Guangdong-Macau, foram, em 2018, iniciadas as obras de instalação dos cabos, reforçando assim a garantia do abastecimento de electricidade pelo exterior.

Relativamente ao aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água, a obra de construção da estação de tratamento de água de Seac Pai Van foi iniciada em 2018. Depois da sua conclusão, será possível atender ao consumo crescente de água nas ilhas e resolver o problema da concentração das principais instalações de abastecimento de água na península de Macau. Simultaneamente, a tutela dos Transportes e Obras Públicas encontra-se a promover os trabalhos preparatórios para a obra de construção do Reservatório de Seac Pai Van e de ampliação da Barragem de Ká-Hó. Procedeu-se à revisão do Plano de Contingência para a Segurança no Abastecimento de Água, encontrando-se em curso o estudo sobre a construção de reservatórios elevados em zonas mais altas de Macau, a fim de alargar o período de abastecimento de água de 4 para 12 horas. Através do grupo especializado para o abastecimento de água Guangdong-Macau, será promovida a criação de um mecanismo de acção conjunta de resposta a catástrofes regionais

Face aos problemas das inundações nas zonas baixas, iniciou-se, em 2018, um conjunto de estudos relativos ao controlo de inundações e escoamento de água, nomeadamente a construção da comporta do Porto Interior, o aceleração da construção de um murete nas zonas baixas e o aceleração da construção da drenagem de águas pluviais e da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior, a fim de resolver problemas das inundações nas zonas baixas.

Nos termos do médio prazo, à luz dos pareceres dos ministérios e comissões do Governo Central, concluiu-se a parte complementar do Relatório do Plano Geral da Comporta de Retenção de Marés e do Sistema de Escoamento de Água na Zona Marginal do Porto Interior de Macau, cuja versão revista foi submetida novamente à apreciação e aprovação das mesmas autoridades. Para além disso, o Relatório do Estudo de Viabilidade da Barragem de Maré no Porto Interior - Prospecção Geotécnica e Estudo Temático está próximo da sua conclusão. Através da cooperação regional, o Governo da RAEM continua a manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China e a promover a implementação do projecto.



O Governo da RAEM lançou, com base nas medidas existentes, o Estudo do Programa de Beneficiação e de Emergência para Prevenção e Escoamento de Inundações no Porto Interior de Macau. Planeia-se construir, no Porto Interior, muretes de protecção contra inundações, com o intuito de minimizar o risco de a água do mar ultrapassar os diques e invadir as zonas mais baixas do Porto Interior. O projecto da obra será concluído antes do final do ano, dando-se depois início à adjudicação das obras.

O Governo empenha-se em reforçar a previsão, bem como os alertas e informações meteorológicas, de forma a melhor responder a fenómenos meteorológicos extremos. Com o intuito de alargar a área sob observação meteorológica, a DSMG procedeu, em 2018, à criação de novos postos meteorológicos automáticos nas zonas com maior densidade populacional, bem como à melhoria dos aparelhos de medição do nível do mar, de forma a aperfeiçoar a rede de observação.

Por outro lado, mediante a revisão do Código dos Sinais de Tempestade Tropical e do Sistema de Alerta de Storm Surge, foram aperfeiçoados os critérios de aviso. Além disso, a DSMG procedeu também ao ajustamento dos padrões de classificação de intensidade e dos sinais de tempestade tropical, bem como ao aumento da largura da banda de informações meteorológicas referentes à província de Guangdong, de forma a elevar a capacidade de previsão e alerta de catástrofes meteorológicas.

Implementação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento para construir uma cidade com condições ideais de habitação e deslocação

Além de se dedicar à melhoria da capacidade de redução e prevenção de calamidades, o Governo da RAEM continuou a implementar a meta da construção de uma cidade com condições ideais de habitação e deslocação definida no Plano Quinquenal do Desenvolvimento.

Os trabalhos dos Novos Aterros continuam a ser desenvolvidos de forma ordenada. Foi iniciado o projecto das infra-estruturas da Zona A dos Novos Aterros, procedendo-se, de forma faseada, à elaboração do projecto relativo à galeria técnica. Quanto à Zona B (Zona Administrativa e Judiciária), estão a ser recolhidos e analisados os programas de projecto das entidades utilizadoras e, após a conclusão do cabimento orçamental dos serviços proponentes, será dado início à obtenção de propostas para a concepção. Em curso encontra-se a obtenção de propostas para a concepção da rede viária, bem como o estudo sobre a escolha do local para a construção do posto de subestação de electricidade. O concurso público para a construção dos aterros da Zona C foi concluído, como previsto, dando-se início às respectivas obras. Encontrou-se concluída a concepção da Zona D e será lançado o respectivo concurso público.

Para assegurar a linha da Taipa reunir condições para circulação em 2019, foi criada, em 2018, a empresa de exploração do Metro Ligeiro, tendo sido elaborada a proposta de Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro que foi submetida à Assembleia Legislativa para apreciação.

Tendo em conta que as obras de engenharia civil do segmento da Taipa e da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro estão basicamente concluídas, o Governo

da RAEM continuou a promover, em 2018, a instalação dos sistemas e equipamentos dos comboios, tendo sido enviadas para Macau um total de 110 carruagens, que têm sido submetidas sucessivamente aos respectivos testes. Foram concluídas, em 2018, as obras preliminares da Estação da Barra, que articulará as linhas da Taipa e da península de Macau, seguindo-se posteriormente as obras de construção da estrutura principal. Por outro lado, encontram-se a ser promovidas, como planeado, as obras do Centro Modal de Transportes da Barra.

No que diz respeito à linha de Seac Pai Van, foram iniciadas, em 2018, como previsto, as obras preliminares para a ligação entre a Linha de Seac Pai Van e a Linha da Taipa, tendo sido concluído o projecto do trajecto da Linha de Seac Pai Van. Foram também iniciados os trabalhos de desvio dos cabos subterrâneos instalados ao longo do trajecto. Foi, ao mesmo tempo, iniciado pelo Governo da RAEM o estudo sobre o trajecto da Linha Leste, que ligará o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Zona A dos Novos Aterros e as Portas do Cerco. Consta ainda deste estudo a ligação da Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau ao Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, com passagem pela Zona A.

Com vista a satisfazer as necessidades de habitação da população em geral, foram, em 2018, promovidos com todo o empenho os trabalhos da construção de habitação pública. Os projectos de habitação pública concluídos em 2018 são: o Edifício Cheng Tou, o Edifício Fai Ieng e o Edifício do Bairro da Ilha Verde. Ao par disso, foram iniciadas as obras de habitação social de Mong Há - Fase 2, e a construção da habitação social de Tamagnini Barbosa e do projecto de habitação pública da Avenida de Venceslau de Moraes. Quanto aos projectos de habitação pública em curso, será iniciada, antes do final do ano, a obtenção de propostas para a concepção da primeira fase de habitação pública da Zona A. Foi concluído, em 2018, como previsto, o estudo de viabilidade do projecto para a Avenida Wai Long, iniciando-se, de seguida, a obtenção de propostas de concepção da primeira fase do projecto.

Quanto à atribuição e gestão da habitação pública, em conformidade com a política de habitação pública, que assenta no princípio de que a habitação social tem um papel primordial e a habitação económica um papel secundário, o Governo da RAEM irá acelerar os trabalhos de apreciação e aprovação dos pedidos de habitação pública, apoiando as famílias com maiores necessidades na resolução dos respectivos problemas habitacionais e proceder aos trabalhos de acompanhamento da avaliação dos requerentes de fracções de diferentes tipologias de habitação económica, bem como de aquisição das fracções por parte dos candidatos que reúnem os requisitos. Por outro lado, irá proceder-se aos trabalhos de apreciação dos candidatos do concurso de 2017 para a atribuição de habitação social.

Construção acelerada das instalações de facilidade da passagem fronteiriça e participação activa no desenvolvimento da Grande Baía

Em articulação com a abertura da circulação da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau foi oficialmente entregue à Região Administrativa Especial de Macau para utilização, no dia 15 de Março de

2018. Foram também concluídas as obras de construção das duas pontes de ligação entre a Zona A dos Novos Aterros, a Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Rotunda da Amizade (Pérola Oriental), na península de Macau.

A empreitada do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau, que se integra nos projectos de cooperação Guangdong-Macau, engloba principalmente o novo posto fronteiriço (de Qingmao), o acesso transfronteiriço e o reordenamento do Canal dos Patos.

Em articulação com a obra da primeira fase do projecto do novo acesso, foram concluídas, em 2018, as obras de demolição do antigo mercado abastecedor, após a conclusão da primeira fase do empreendimento, ou seja, a construção do novo mercado abastecedor. Foram iniciados os trabalhos de construção dos postos do lado de Macau e de Zhuhai do posto fronteiriço Qingmao, bem como o acesso transfronteiriço. A proposta final de reordenamento do Canal dos Patos foi acordada entre a província de Guangdong e a RAEM, tendo sido iniciada a elaboração do respectivo projecto.

Foram iniciadas, em 2018, como previsto, as obras da terceira fase do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, ao mesmo tempo, foram melhoradas as instalações do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior.

Promoção plena da protecção ambiental para a construção de uma cidade ecológica e civilizada

A protecção ambiental reveste-se de grande importância para um desenvolvimento sustentável. O Governo da RAEM tem promovido o trabalho protecção ambiental no âmbito da recolha de resíduos, redução de resíduos, conservação enérgica, tratamento de resíduos e águas residuais e melhoramento da qualidade do ar.

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento e do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau no Âmbito de Protecção Ambiental, o Governo da RAEM reforçou a colaboração com os serviços competentes do Interior da China, de forma a definir o programa de supervisão de transferência inter-regional de veículos obsoletos, tendo efectuado, no segundo semestre de 2018, a título experimental, duas transferências, ou seja, de 300 motociclos e ciclomotores obsoletos previamente tratados, estando a acompanhar os trabalhos de planeamento e concepção das instalações de pré-tratamento.

No âmbito do projecto relativo aos materiais inertes resultantes de demolições e construções, foi lançada, em 2018, a adjudicação da obra de melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção. A DSPA lançou o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos e Veículos para o Sector de Recolha de Resíduos, dando o apoio ao sector de recolha de resíduos.

No âmbito da conservação enérgica e redução da emissão, até ao final do ano, houve 170 lugares de carregamento eléctrico para veículos ligeiros. Por outro lado, as luzes tradicionais nas vias continuarão a ser substituídas por luzes LED. Até Setembro, as luzes LED representavam cerca de 30 por cento do total.

Foram concluídos sucessivamente, em 2018, o Plano Geral de Instalações de Tratamento

de Águas Residuais de Macau e a Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau. No que diz respeito às instalações, foram construídas, em 2018, na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Parque Industrial, as instalações de pré-tratamento destinadas especialmente às águas residuais com sedimentos provenientes da Estação de Tratamento de Água da Ilha Verde, melhorando, deste modo, o meio hídrico do Canal dos Patos. Foram realizados a adjudicação da concepção e construção do projecto de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau e o concurso para a optimização, operação e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. Além disso, foi dado início ao projecto inicial de modernização da ETAR de Coloane.

Em 2018, o Governo da RAEM concluiu a revisão da norma para as emissões de gases de escape dos veículos novos importados, motociclos e ciclomotores e a norma para as emissões de gases de escape dos veículos em circulação. Em relação à questão da qualidade do ar nas bermas das estradas de Macau, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos deu início a uma investigação nesta área. Quanto à qualidade do ar nas bermas das estradas, a DSMG procedeu à respectiva avaliação e supervisão em diferentes zonas, tendo adquirido dispositivos móveis para o efeito que são mais adequados para Macau, que é pequena e tem vias estreitas, com o intuito de melhor avaliar a qualidade do ar dessas zonas.

Já entraram em processo legislativo os projectos dos regulamentos administrativos sobre as normas de emissão de poluentes atmosféricos e o regime de fiscalização dos estabelecimentos industriais, tais como, terminais de combustíveis, centrais térmicas, estações de tratamento de águas residuais e estabelecimentos da indústria química e farmacêutica, entre outros.

Progressos do Desenvolvimento Económico Assente na Estabilidade e Integração na Grande Baía Aumenta a Força Dinâmica



Apesar de, em 2018, o conflito comercial entre a China e os Estados Unidos da América ter contribuído para as incertezas da economia global, a economia geral de Macau manteve um comportamento satisfatório. O produto interno bruto (PIB) para todo o ano foi de 440,3 mil milhões de patacas, um aumento de 4,7 por cento em termos reais, implicando uma atenuação do ritmo do crescimento em relação aos 9,7 por cento registada em 2017 e o PIB per capita foi de 666.893 patacas. Verificaram-se estabilidade financeira, e uma a situação de desemprego satisfatória com uma taxa de desemprego de 1,8 por cento, uma descida de 0,2 por cento, que se tem mantido, por sete anos consecutivos, no nível de dois por cento ou inferior. O rendimento mensal médio da população laboral de Macau era de 16.000 patacas, enquanto o rendimento mensal médio dos trabalhadores locais era de 20.000 patacas, marcando um aumento de 1000 patacas em termos anuais. A taxa anual de inflação foi de 3,1 por cento, tendo-se mantido num nível relativamente baixo por dez trimestres consecutivos.

O Governo da RAEM desenvolveu, de forma ordenada, uma série de tarefas, tendo-se valorizado as potencialidades próprias de Macau de acordo com as necessidades do País, para integração activa no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e empenhando-se na consolidação do posicionamento como “Um Centro, Uma Plataforma” e articulando-se com a implementação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020).

Integração na cooperação regional consolida o posicionamento enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Em 2018, o Governo da RAEM continuou a promover a construção da Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa e empenhou-se na criação do Centro de Liquidação em RMB para os Países de Língua Portuguesa. A Autoridade Monetária de Macau celebrou um novo Acordo de Cooperação e Assistência Técnica com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de Portugal e a Sucursal de Macau do Banco da China celebrou, respectivamente, acordos com o Banco Comercial Português e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo de Portugal, designadamente o Acordo de Pagamentos e Liquidação de Negócios em RMB e o Acordo de Negócios em RMB.

Foi reforçada a promoção dos produtos dos países de língua portuguesa e avanço com a construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa. Foram instaladas redes de exposição dos produtos alimentares dos países de língua portuguesa em Macau e em diversas cidades do Interior da China, através de apoio das associações comerciais e empresas. Foram realizadas actividades promocionais e Sessões de Bolsas de Contacto Alusivas aos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, sucessivamente, em Foshan, Zhaoqing, Huizhou, Dongguan e Fuzhou no primeiro semestre de 2018 e realizaram-se no segundo semestre do ano em curso actividades similares em Shenyang e Wuhan, de modo a promover, com maior dinamismo, a entrada dos produtos dos países lusófonos no mercado do Interior da China.

Cultivo das indústrias emergentes, promove a diversificação adequada da economia

Foi desenvolvido o sector MICE com “prioridade dada às conferências”, tendo sido aperfeiçoadas continuamente as medidas de apoio e incentivo. Em 2018, foram introduzidas e realizadas, com sucesso, em Macau, várias conferências de qualidade e de grande dimensão, com mais de mil participantes cada, representando um aumento de mais de 100 por cento em relação ao período homólogo de 2017. Ao mesmo tempo, tem-se envidado esforços, em colaboração com os “Embaixadores de Convenções”, para introduzir e realizar em Macau um maior número de convenções profissionais, a fim de melhorar o nível profissional e de internacionalização.

Refira-se que, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau foi distinguido com o prémio de Melhor Organismo Público de Convenções e Exposições na 29.ª edição da Cerimónia de Entrega de Prémios TTG Travel. No que diz respeito à formação de talentos, foram reservadas, pela primeira vez, vagas dos cursos de Certificado em Gestão de Exposições (CEM China) e de Diploma em Gestão de Exposições (EMD) de Macau, com certificação internacional, a favor dos operadores de MICE dos países e regiões situados ao longo da iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota», dos países de língua portuguesa, das cidades inseridas na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e das províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, de modo a promover o intercâmbio e cooperação do sector MICE com o exterior e aumento da qualidade dos recursos humanos do sector.

O Fundo das Indústrias Culturais lançou, em 2018, o Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários e o Programa Específico de Apoio Financeiro para a Construção de Marcas. No âmbito do Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários, 23 projectos candidatos da primeira fase confirmaram receber o apoio financeiro no valor total de 6,3 milhões de patacas, esperando-se que seja impulsionada a integração entre os sectores de venda a retalho/restauração em bairros comunitários e a criatividade cultural, de forma a articular-se com o posicionamento do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e da “Cidade Criativa em Gastronomia” de Macau. O “Programa Específico de Apoio Financeiro para a Construção de Marcas” visa impulsionar mais empresas de Macau a desenvolverem actividades de cooperação transectorial em áreas como: moda/vestuário, design, exposições e espectáculos culturais e programas cinematográficos e televisivos, procurando acelerar a divulgação dos produtos/serviços culturais e criativos de Macau ao Exterior.

Até ao final de 2018, o Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa concluiu as formalidades do registo de 108 empresas, em termos acumulados, das quais 26 de origem de Macau, que envolvem áreas de medicina tradicional chinesa, produtos de saúde, aparelhos médicos, serviços médicos entre outras. O Governo da RAEM está a acelerar a construção do software e hardware do Parque, encontrando-se concluída e em funcionamento a plataforma dos serviços públicos. No que diz respeito à cooperação regional da medicina tradicional chinesa, foram inaugurados, em Julho de 2018, o Gabinete de Ligação da Direcção de Inspeção de Produtos Alimentares e Medicamentos da Província de Guangdong e o Centro de Investigação das Técnicas e Políticas da Medicina Tradicional Chinesa no Parque. Além disso, tem-se promovido

activamente com a Universidade de Produtos de Medicina Chinesa de Chengdu, o Projecto da Academia Internacional da Universidade de Produtos de Medicina Chinesa de Chengdu (Macau), dando apoio às empresas de MTC da província de Fujian no seu registo em Macau, bem como no registo dos seus produtos e no desenvolvimento das suas actividades comerciais em Moçambique. Foi inaugurado em Julho de 2018, em Maputo, o Gabinete Preparatório do Centro de Medicina Tradicional Chinesa em Moçambique, tendo sido desenvolvidos, de forma ordenada, os trabalhos preparatórios subsequentes relativos ao Centro Ultramarino de MTC de Moçambique.



No âmbito da indústria financeira com características próprias, tem sido promovido o estabelecimento em Macau de sucursais de instituições financeiras com determinadas características operacionais e um funcionamento estável. Foi aperfeiçoado regime jurídico, para fomentar o desenvolvimento do sector de locação financeira a vários vertentes. O Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, em Maio de 2018, empenhando-se na articulação com a promoção dos respectivos trabalhos legislativos. Foi incumbido a peritos da área jurídica, para desencadear o estudo de viabilidade para a introdução do sistema do “Trust” em Macau e tem sido estimulado o sector a explorar mais produtos de investimentos, nomeadamente produtos de gestão de fortunas em RMB. Por outro lado, iniciaram-se os trabalhos relativos à alteração do Regulamento Administrativo da Bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial, procurando incluir os empréstimos a conceder da área das “finanças verdes”, no âmbito da “bonificação de juros”. Foram organizados cursos de formação profissional, de carácter específico, que possam fomentar o desenvolvimento do sector financeiro. Paralelamente, através do mecanismo de cooperação interdepartamental, tem sido prestado apoio às instituições financeiras para introduzir, oportunamente, quadros qualificados e especializados e pessoal dirigente de alto nível do exterior, que satisfaçam as necessidades do desenvolvimento.

Reforço da fiscalização do sector do jogo e desenvolvimento sinérgico entre os componentes de jogo e não jogo

Em 2018, as receitas do jogo atingiram 302,846 mil milhões de patacas, um aumento anual de 14 por cento, ficando aquém apenas do período de pico da indústria de jogos em 2012-2014. O Governo da RAEM continuou a acompanhar os trabalhos subsequentes da revisão intercalar da indústria do jogo, tendo executado a auditoria específica e a verificação junto das operadoras de jogo e dos promotores de jogo. Paralelamente à apreciação rigorosa de pedido do aumento das mesas de jogo e à execução da política de controlo da dimensão do sector do jogo, o Governo continuou a incentivar as operadoras de jogo a aplicar mais recursos nas actividades correlativas não jogo, dar preferência à aquisição de bens e serviços produzidos localmente e introduzir empresas locais para desenvolver operações empresariais nas suas instalações, tendo monitorizado a situação do impulso dado pelas operadoras de jogo para promover o desenvolvimento das actividades além do jogo e das iniciativas em benefício das empresas locais.

Melhoramento do ambiente de negócios para apoiar as pequenas e médias empresas na inovação e no desenvolvimento

Em 2018, o Governo continuou a implementar os diversos planos de apoiar as pequenas e médias empresas. Em colaboração com associações cívicas, foi dado início aos trabalhos de avaliação do primeiro grupo da “Marca Típica de Macau”, apoiando o desenvolvimento das lojas antigas típicas, de modo que as 12 lojas do primeiro grupo ganharam o título de “Marca Típica de Macau”. Foi concedido apoio contínuo às associações comerciais no seu lançamento do serviço one stop do comércio electrónico transfronteiriço, ajudando as pequenas e médias empresas na sua exploração efectiva no mercado do Interior da China. Em 2018, foram lançados sucessivamente o Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação de Plataformas Elevatórias para Mercadorias e o Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação de Barreiras contra Inundações e Bombas de Água com vista à prestação de apoio financeiro às pequenas e médias empresas que reúnam os requisitos para a instalação de plataformas elevatórias para mercadorias e de barreiras contra inundações e bombas de água. Até final de 2018, foram recebidos 53 pedidos para instalação de plataformas elevatórias para mercadorias e 1164 para instalação de barreiras contra inundações e bombas de água, enquanto foram recebidos 11.249 pedidos no âmbito do Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, tendo sido 9930 aprovados, que envolveram apoio financeiro no valor de 2924 milhões de patacas.



Desenvolvimento conjunto da economia e partilha dos frutos



Desenvolvimento estável da diversificação das indústrias

Concentração na Melhoria da Qualidade de Vida da População com Vários Suportes e Protecção Múltipla



Em 2018, o Governo da RAEM, pautado pelo princípio governativo de “empenho pragmático, e partilha dos frutos do desenvolvimento”, implementou activamente as metas de desenvolvimento definidas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020) no sentido de se dedicar à melhoria do bem-estar da população, elevar a qualidade dos serviços dos cuidados médicos, promover a construção da cidade saudável, e reforçar o sistema de segurança social. Persistindo-se na implementação das linhas de acção governativa “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos” também da cooperação conjunta interdepartamental, foram envidados esforços para a transformação de Macau numa cidade criativa na área da gastronomia, assim como a promoção do desenvolvimento do sector cultural, turístico e desportivo.

Desenvolvimento sólido dos serviços de saúde e construção contínua da cidade saudável

No domínio da saúde, persistindo na implementação do princípio “tratamento eficaz em que

se privilegia a prevenção” e articulando-se com o Plano de médio e longo prazo de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028), foi reforçada a capacidade de resposta a calamidades de grande escala e crises súbitas, tendo sido também aperfeiçoados o sistema e o plano de contingência de saúde pública, assim como iniciados os trabalhos preparatórios e o pedido de acreditação, junto da Organização Mundial da Saúde, de uma equipa internacional de emergência médica. O Programa Sentinela de Vigilância das Doenças Transmissíveis foi ampliado às clínicas privadas e os residentes foram incentivados para a vacinação antigripal, de modo a criar uma barreira imunitária na comunidade.

Deu-se enorme importância aos cuidados médicos destinados a grupos específicos, nomeadamente idosos, crianças e mulheres e a grupos mais vulneráveis como as pessoas portadoras de deficiência, entre outros. Nos últimos anos, a prestação dos serviços de tratamento precoce e o apoio aos encarregados de educação tem vindo a aumentar, tendo a média do tempo de espera para avaliação e tratamento sido reduzida em 90 por cento, passando para um mês. Todavia, para os doentes em situação grave, o tratamento é imediato. Foram lançados o Programa Piloto de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade e os serviços de avaliação de saúde para idosos. Aumentou-se o diagnóstico pré-natal e o de verificação de doenças genéticas em recém-nascidos. Foi promovido o aleitamento materno para proteger ainda mais a saúde materna e infantil. As taxas de mortalidade neonatal e materna mantiveram-se a um nível bastante baixo. Em Macau, o cancro da mama, o cancro do colo do útero e o cancro colorrectal registaram, a nível mundial, uma alta taxa de sobrevivência a cinco anos e a esperança média de vida dos residentes foi de 83,4 anos, o que coloca Macau nos primeiros lugares a nível mundial.

Elevou-se continuamente o nível dos serviços médicos públicos. A conclusão da obra do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó preencheu as necessidades do tratamento de reabilitação. Com a entrada em funcionamento do Centro de Saúde da Ilha Verde em 31 de Julho, o número de centros de saúde do território aumentou para os oito, melhorando-se a rede dos serviços de cuidados de saúde primários do Bairro Norte. A Direcção dos Serviços de Saúde continuou a otimizar os cuidados de saúde através de introdução permanente de novas tecnologias e equipamentos, implementação de medidas de alargamento do horário de atendimento, optimização do mecanismo do serviço de saúde mental, realização de várias tarefas para o transplante de órgãos e expansão da prática da medicina tradicional chinesa na comunidade. Promoveu-se dinamicamente o desenvolvimento de obras constantes no Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, tendo reforçado a colaboração com entidades médicas privadas e sem fins lucrativos para oferecer aos residentes os serviços de saúde adequados de qualidade.

A entrada em funcionamento da Academia Medica permite uniformizar a formação de médicos especialistas locais. Continuou a acompanhar-se a elaboração da legislação do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde para promover a articulação do regime profissional do pessoal de saúde de Macau às normas internacionais.

Implementou-se dinamicamente a medicina inteligente. Em 2018, foram introduzidos os vales de saúde electrónicos prolongando-se o período de uso para dois anos. Foram acrescentados

postos de inscrição automática no Programa eHR (plataforma para acesso mútuo a informações de saúde) entre as instituições médicas, tendo-se aproveitado o canal diversificado da nova plataforma para reforçar a educação para a saúde. Além disso, implementou-se rigorosamente a nova lei de controlo do tabagismo, incentivando os residentes a cultivar a maneira saudável de viver.

Na área do desporto, o Governo tem implementado a política da promoção paralela do Desporto para Todos e do desporto de alto rendimento, para promover a formação do ambiente desportivo na população em geral. O Instituto do Desporto publicou o Relatório sobre o Inquérito às Instalações Desportivas de Macau 2017 e a área global das instalações desportivas de Macau registado no referido inquérito é de 873.512,58 m², proporcionando uma base científica para o futuro planeamento das instalações desportivas de Macau. O Governo tem envidado esforços na expansão de maior espaço desportivo e na criação de condições desportivas para residentes e promovido, junto com os diversos sectores da sociedade, a Rede das Instalações Desportivas Públicas, com vista a desenvolver a causa desportiva e fortalecer a constituição física da população.

Aperfeiçoar o sistema de previdência social para dar cuidados aos idosos e apoio aos desfavorecidos

O Governo da RAEM tem optimizado continuamente o sistema de previdência social constituído por segurança social de dois níveis, a assistência social e os benefícios sociais, intensificado o apoio a grupos vulneráveis, alargado o âmbito de serviço e inovado os seus tipos, de modo que o âmbito dos serviços abrange os serviços aos idosos, serviços de reabilitação, serviços de tratamento precoce às crianças e aos idosos com demência, serviços de creches, construção de ambientes sem barreiras, apoio a famílias vulneráveis e no limiar da pobreza, atribuição de pensões para idosos e subsídios de invalidez, bem como, o estabelecimento de sistemas de prevenção e evasão de desastres para proteger totalmente o bem-estar e a segurança dos residentes.

No âmbito do apoio social, foi concluída a avaliação de dez mil casos de apoio económico. Elaboraram-se planos de saída da pobreza para os casos com condições. Nos últimos cinco anos, anualmente, em média, cerca de 500 famílias conseguem sair da pobreza.

Através do plano de apoio alimentar e do programa de inclusão e harmonia na comunidade, ajudaram-se pessoas no limiar da pobreza a aliviarem a pressão da vida. Foram envidados todos os esforços para a implementação da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e foi lançado o regime de admissão prioritária das crianças de famílias em situação vulnerável nas creches. Em 2018, o número total de vagas dos serviços de creches em Macau ultrapassou 11.000, ou seja, um aumento de dez por cento em relação ao ano transacto.

Com vista a promover o desenvolvimento a longo prazo da segurança na velhice, após vários anos de estudo, discussão e consultas, o Regime Jurídico de Garantias dos Direitos e

Interesses dos Idosos (Lei n.º 12/2018) foi promulgado em 20 de Agosto de 2018 e entrou em vigor em 19 de Novembro, enquanto os diversos projectos do Plano Decenal de Acção dos Serviços de Apoio a Idoso (2016-2025) foram promovidos de forma ordenada, tendo 13 dos 141 projectos integrados na fase intercalar (2018-2020) sido concluídos com antecedência em 2017, e os restantes 58 projectos sido implementado continuamente em 2018. Registe-se que foi atribuída sempre grande importância aos idosos que sofrem de demência, tendo sido lançado o serviço urgente de teleassistência no espaço exterior. O Hospital de Reabilitação em Ká-Hó, que entrou recentemente em funcionamento, oferece mais de 200 vagas de internamento aos idosos com grandes necessidades de cuidados.

No que diz respeito aos serviços de reabilitação, o grupo director interdepartamental promoveu os trabalhos no âmbito do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Num total de 125 medidas de médio prazo (2018-2020), 53 medidas foram desenvolvidas com antecedência em 2017, e em 2018 realizaram-se 38 medidas. Tendo em consideração as necessidades do desenvolvimento social de Macau, procedeu-se à instalação, em Seac Pai Van, do Centro de Acção Social da Taipa e Coloane e à integração de um centro anteriormente existente no Centro de Acção Social da Zona Centro-Sul (Patane). Além disso, foram implementadas de forma plena as Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM, para apoiar obras de optimização de instalações de serviços comunitários.

Em articulação com a Estrutura de Protecção Civil, o Governo procedeu à coordenação no grupo de trabalho interdepartamental para acolhimento de emergência, tendo sido instalados 16 centros de acolhimento de emergência e quatro locais de encontro e de permanência em casos de emergência, que desempenharam um papel importante durante a passagem do tufão "Mangkhut".

O Regime de Previdência Central Não Obrigatório entrou em vigor em 2018, marcando a criação oficial do sistema de segurança social de dois níveis, o que permitirá aos residentes a gozar no futuro de uma vida confortável após a aposentação. O valor do Subsídio para Idosos foi aumentado de 8000 para 9000 patacas por ano, marcando um aumento anual de 12,5 por cento. Foi dada continuidade à atribuição do subsídio de invalidez. O anterior subsídio provisório de invalidez tornou-se numa medida de longo prazo que é atribuído sob forma de pensão de invalidez pelo FSS, resultante da alteração legal por iniciativa legislativa das autoridades. Por outro lado, foi lançado o Programa Relativo ao Incentivo de Emprego de Beneficiários da Pensão de Invalidez para incentivar reintegração na sociedade das pessoas portadores de deficiência.

Com vista a implementar medidas de promoção de nascimentos saudáveis e de aumento da taxa de natalidade, o Governo aumentou o montante do subsídio de nascimento para 5000 patacas, atribuído pelo Fundo de Segurança Social, ao qual se podem candidatar ambos os progenitores dos bebés nascidos em 1 de Janeiro de 2018 ou nas datas posteriores. Continuou-se a injectar na conta individual do regime de previdência central não obrigatório de cada residente permanente de Macau qualificado, uma verba adicional de 7000 patacas, proveniente do saldo orçamental, tendo a injeção sido feita em nove anos consecutivos. Em 2018 registaram-se mais de 370.000 pessoas na respectiva lista de atribuição.

Implementação “Promover a prosperidade de Macau através da educação” e importância dada à formação de talentos jovens



Tendo-se mantido as linhas de acção governativa no que diz respeito a “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” e a “Construir Macau através da formação de talentos”, o Governo da RAEM empenhou-se plenamente na promoção de trabalho da formação de talentos, encorajando e apoiando, através do ensino, intercâmbio, estágio e plano de atribuição de apoio financeiro, os jovens de Macau a aproveitarem as oportunidades oferecidas pelas estratégias nacionais de «Uma Faixa, Uma Rota» e da Grande Baía Guangdong Hong Kong-Macau para expandir o espaço de desenvolvimento nas áreas de prosseguimento de estudo, emprego e criação de negócios.

No domínio do ensino não superior, em articulação com a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, foram alargadas as formas e os conteúdos de cooperação educativa da Grande Baía, bem como foi estendido a todas as 21 cidades da província de Guangdong no âmbito do Programa de Subsídio de Propinas para Alunos Residentes de Macau que frequentam escolas naquela província. A taxa de conclusão dos objectivos definidos no Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020) subiu para 83 por cento e concluiu-se a consulta pública sobre o Regime do Ensino Técnico-Profissional do Ensino Não Superior. Foi dada prioridade ao melhoramento do sistema de escolaridade gratuita, e foram também envidados esforços para implementar a educação inclusiva, concretizando assim a equidade educativa. O regulamento administrativo sobre o Regime do subsídio para o ensino recorrente entrou em vigor no ano lectivo de 2018/2019, ajudando os alunos do ensino recorrente na melhoria da sua competitividade. Foi implementado de forma contínua a terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo,

para incentivar residentes a prosseguir aprendizagem permanente.

No domínio do ensino não superior, foi dada continuidade ao apoio aos estudantes para o prosseguimento de estudos. Em 2018, foram admitidos 951 estudantes recomendados pelas 69 instituições do ensino superior do Interior do País. A taxa de prosseguimento de estudos dos finalistas do 3.º ano do ensino secundário complementar manteve-se superior a 94 por cento.

No domínio do ensino superior, a Lei do Regime do Ensino Superior e os respectivos regulamentos complementares entraram em vigor simultaneamente, enquanto o Conselho do Ensino Superior e o Fundo do Ensino Superior com o capital inicial até 300 milhões de patacas entraram também em funcionamento, oferecendo um maior apoio enérgico ao desenvolvimento do ensino superior. As instituições de ensino superior foram encorajadas a alcançarem mais resultados no campo científico e a aumentarem o nível das invenções técnico-científicas. Foi promovida a construção de laboratórios de referência do Estado, por forma a formar quadros qualificados no campo científico. Foram desenvolvidos, de forma contínua, esforços para tornar Macau numa Base de educação e formação na área turística e numa Base de formação dos quadros bilingues chinês e português.

Foi publicado o Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau, que integrou os dados dos talentos com maior escassez em Macau, e foram já concluídas as listas de talentos carecidos nos sete sectores, nomeadamente os sectores de convenções e exposições, restauração, hotelaria, comércio a retalho, jogo, finanças e construção civil, fornecendo a orientação e as bases científicas para elaboração de planeamento e políticas da formação de quadros qualificados de Macau.

Foi concluída a primeira fase do Programa Mil Talentos, na qual foram formados e reservados mais de 3300 jovens locais qualificados durante três anos. Realizou-se com sucesso o Fórum de Juventude sobre Construir em Conjunto a Grande Baía Guangdong-Hong Kong- Macau: Lutar na juventude e realizar os sonhos, para procurar e aproveitar em conjunto as novas oportunidades de desenvolvimento dos jovens através da construção da Grande Baía. Por outro lado, foi dado o apoio aos jovens na sua inovação e na criação de negócios, e a inauguração do primeiro Espaço Nacional de Trabalho Colaborativo criado nas regiões de Hong Kong e Macau no Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau reforçou ainda mais a cooperação com o Interior do País no suporte de empreendedorismo, proporcionando mais oportunidades às empresas novas locais, em particular aos jovens locais no seu desenvolvimento de carreira.

Promover intercâmbio no domínio da conservação cultural para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer

No domínio cultural, o Governo desenvolveu, de forma dinâmica, vários trabalhos no âmbito de salvaguarda do património cultural, organização de diversas exposições e espectáculos artístico-culturais e fomento do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, entre



outros. Concluiu-se a actualização do relatório sobre o ponto de situação de salvaguarda do Centro Histórico de Macau, tendo sido submetido, pela Administração Estatal do Património Cultural, à apreciação da UNESCO. Foi concluída também a 2.ª fase da consulta pública sobre o Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau, tendo os estaleiros navais de Lai Chi Vun sido classificados como sítio e fixação da respectiva zona de protecção. Iniciou-se o procedimento de classificação de um segundo grupo de nove bens imóveis e promoveu-se, de forma ordenada, à inscrição de várias práticas e expressões culturais na Lista do Património Cultural Intangível de Macau. Por outro lado, foi aberta ao público a Casa Memorial Zheng Guang Ying e concluída a obra de restauro de cinco casas da Povoação da Nossa Senhora de Ká-Hó, tendo ainda sido promovido o trabalho de restauro e a revitalização do centro de actividades (antiga igreja) da Povoação da Nossa Senhora de Ká-Hó.

O Instituto Cultural realizou, com sucesso, a 1.ª edição de Encontro em Macau - Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa, marcando a firmação oficial de mecanismo de cooperação e intercâmbio cultural e artístico entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Foram realizados ainda vários eventos culturais e artísticos de marca e actividades comemorativas dos festivais da cidade. Com vista a promover o desenvolvimento das Indústrias Culturais, o Fundo das Indústrias Culturais criou o Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários e o Programa Específico de Apoio Financeiro para a Construção de Marcas, com vista à construção de marcas culturais e criativas competitivas.

Com vista a reforçar a sensibilização do público sobre a importância da salvaguarda do património cultural, encorajar a participação de toda a população, especialmente os jovens, na transmissão e divulgação da cultura de Macau e promover a formação e apoio de talentos culturais e artísticos locais, o Governo continuou a implementar o Programa para a Concessão de Bolsas de Estudo para Estudos Artísticos e Culturais, alargando a cooperação da Região da

Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e organizando com as instituições e associações da província de Guangdong e de Hong Kong, diversas actividades como a da Apresentação de Novas Estrelas da Ópera Cantonense de Guangdong, Hong Kong e Macau, o Programa de Estágios para Jovens no Museu do Palácio Imperial e o Curso de Verão sobre o Património Cultural para os Estudantes do Ensino Secundário do Interior da China, de Hong Kong e de Macau, a fim de promover intercâmbio e cooperação regionais.

Na área turística, aproveitando as vantagens de Macau, o Governo tem participado, de forma dinâmica, na iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota» e na transformação da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau num destino turístico, e implementado, de forma gradual, o Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, tendo já lançado e acompanhado os trabalhos relativos aos 67 planos de acção de curto prazo enunciados no Plano Geral. Foram dados esforços para desenvolver diversos produtos turísticos marítimos e realizadas, de forma ordenada, as obras de remodelação do Museu Temático do Grande Prémio. Além disso, 2018 Ano da Gastronomia de Macau foi formalmente implementado, reforçando-se, assim, a capacidade integrada de Macau como Cidade Criativa de Gastronomia. A contínua valorização de efeitos sinérgicos dos eventos de grande envergadura conjugada com elementos de desporto, turismo e cultura criativa tem enriquecido as experiências de residentes e visitantes, aumentando a atracção de Macau enquanto o Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Em 2018, a indústria turística demonstrou um desempenho global satisfatório, tendo registado a entrada em Macau mais de 35.800.000 visitantes, o que representa um acréscimo anual de 9,8 por cento. O Governo da RAEM empenhou-se na optimização do ambiente turístico e procedeu ao desenvolvimento do turismo inteligente, implementando o projecto de Plataforma para partilha de informações turísticas. Foi realizado o estudo da capacidade de recepção de turistas, reforçando-se a gestão in loco dos pontos turísticos mais afluídos e elaborando-se a estratégia de resposta. Por outro lado, procedeu a estudos e explorações no sentido de transformar espaços com potencialidade do desenvolvimento turístico em novos pontos turísticos, para remodelar e criar novos espaços de actividade aos cidadãos e turistas, a fim de impulsionar o desenvolvimento sustentável do sector turístico e da cidade como um todo.



Construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade



Impulso ao desenvolvimento urbano

Produção Legislativa em Resposta às Demandas Sociais e Auscultação de Opiniões da População no Exercício da Função Fiscalizadora

Na 1.ª Sessão Legislativa da VI Legislatura da Assembleia Legislativa (de 16 de Outubro de 2017 a 15 de Outubro de 2018) - foram realizados 51 plenários e 167 reuniões das comissões.



Durante esta sessão legislativa foram aprovadas em plenário 13 leis, uma resolução e 24 deliberações simples.

No cumprimento da função legislativa:

No âmbito da economia e bem-estar da população, a Assembleia Legislativa aprovou, respectivamente, por processo de urgência, a Lei n.º 1/2018 - Alteração ao Regulamento da Contribuição Predial Urbana e a Lei n.º 2/2018 - Imposto do selo sobre a aquisição do segundo e posteriores bens imóveis destinados a habitação. A primeira revoga o disposto sobre a não tributação da contribuição dos prédios devolutos prevista no Regulamento da contribuição predial urbana, reduzindo as situações de desocupação e açambarcamento de prédios em resultado da especulação; a segunda prevê a cobrança adicional do imposto do selo, de cinco por cento ou dez por cento, sobre a aquisição de mais do que um bem imóvel destinado a habitação, por forma a reduzir a vontade de investir no mercado imobiliário.

Quanto à protecção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência, foram aprovadas, respectivamente, a Lei n.º 6/2018 - Alteração à Lei n.º 4/2010 - Regime da segurança social e a Lei n.º 8/2018 - Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência. A primeira transformou o subsídio provisório de invalidez numa medida permanente; a segunda, concede aos empregadores de trabalhadores deficientes a dedução adequada à colecta de impostos, de modo a assegurar o apoio de longo prazo à vida das pessoas portadoras de deficiência, aumentando as oportunidades de emprego das mesmas e permitindo-lhes a inclusão social.

Em relação à protecção dos direitos e interesses dos idosos, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 12/2018 - Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos que estabelece um enquadramento geral para a protecção dos direitos e interesses dos idosos e define, de forma

clara, as orientações e princípios fundamentais da política para os idosos da RAEM.

Na área da administração pública, foi aprovada, a Lei n.º 3/2018 - Alteração ao Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, para otimizar a gestão dos recursos humanos dos respectivos organismos.

No tocante ao aprofundamento da reforma institucional, foi aprovada a Lei n.º 9/2018 - Criação do Instituto para os Assuntos Municipais, com vista à constituição do órgão municipal sem poder político previsto na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e à garantia da transição suave das funções e do pessoal do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

No âmbito da otimização das competências, foi aprovada a Lei n.º 11/2018 - Alteração à Lei n.º 2/93/M, de 17 de Maio - Direito de reunião e de manifestação, alterando a entidade destinatária do respectivo aviso, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para o Corpo de Polícia de Segurança Pública, no intuito de simplificar os procedimentos administrativos e elevar a eficácia administrativa.

Quanto ao aperfeiçoamento das regalias da função pública, foi aprovada a Lei n.º 5/2018 - Alteração do montante do subsídio de nascimento que aumenta o valor do subsídio de nascimento atribuído a trabalhadores dos serviços públicos, aproximando-o do Fundo de Segurança Social, a fim de concretizar plenamente os apoios financeiros de incentivo à natalidade.

No que diz respeito à estabilização da ordem financeira, foi aprovada a Lei n.º 4/2018 - Alteração à Lei n.º 9/2012 - Regime de garantia de depósitos, a fim de aumentar a eficácia do pagamento de compensações por parte do fundo de garantia de depósitos e aumentar a confiança dos depositantes no regime de garantia de depósitos.

Além disso, na sequência dos graves danos causados pela passagem do tufão "Hato", no dia 23 de Agosto de 2017, muitos veículos motorizados ficaram destruídos e as respectivas matrículas foram canceladas. Face a esta situação especial, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 10/2018 - Benefício fiscal especial para a aquisição de veículos motorizados que concede medidas de benefício fiscal para aliviar os encargos financeiros dos residentes afectados na aquisição de veículos novos,

Finalmente, visto que o Governo Popular Central delimitou para a RAEM uma área marítima sob a sua jurisdição com 85 km², a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 7/2018 - Lei de bases de gestão das áreas marítimas. A lei define os objectivos e princípios da gestão das áreas marítimas, reforçando o planeamento geral e a constituição do regime e assegurando a eficácia da gestão e a racionalidade no uso e exploração das áreas marítimas. Todas as leis acima aludidas são da iniciativa do Governo.

No âmbito do cumprimento da função fiscalizadora:

A Assembleia Legislativa no exercício das suas funções de fiscalização orçamental e de finanças públicas, conforme competências conferidas na Lei Básica, aprovou a Lei n.º 16/2017 (Lei do Orçamento de 2018) e apreciou o Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano de 2016, apresentado pelo Governo e, tendo ouvido e debatido ainda o Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2018 apresentado pelo Chefe do Executivo. A par disso, nessa sessão legislativa, os deputados apresentaram 636 interpelações escritas e 63 orais, e foram realizadas

oito sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 341 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, saúde, educação economia, cultura, protecção ambiental, administração pública, formação de quadros qualificados e garantia de direitos e interesses laborais. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam todas as matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando 14 relatórios e devidos pareceres.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a Assembleia Legislativa continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 50 residentes sido atendidos presencialmente e 169 residente apresentaram à Assembleia Legislativa as suas opiniões e propostas por via telefónica e correio electrónico, entre outras. Para além disso, houve ainda residentes e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, três petições, que foram alvo do devido seguimento, consoante os termos concretos de cada caso.

Êxito na Execução das Leis contra Corrupção Melhor Aplicação do Erário Público Promovida pela Auditoria



Em 2018, o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) desenvolveu as acções contra a corrupção de forma metódica e, após a realização de um balanço das experiências acumuladas do passado, aperfeiçoou a forma de execução da lei, reforçando as respectivas técnicas, actualizando os equipamentos e optimizando a gestão do seu pessoal. Foram alcançados os resultados pretendidos tanto no âmbito do combate à corrupção como no que respeita à cooperação a nível regional. No âmbito da provedoria de justiça, as funções de fiscalização do funcionamento dos serviços públicos foram exercidas com empenho e, relativamente aos casos que colocaram em causa o interesse público de relevante importância, foram realizados inquéritos e divulgados os respectivos relatórios de investigação. Foram utilizados, simultaneamente, os meios de comunicação social tradicionais e as plataformas disponíveis na Internet por forma a alargar a área de cobertura das acções de sensibilização sobre a integridade. Continuaram também a ser desenvolvidas acções de intercâmbio com o exterior, com vista à promoção do intercâmbio e cooperação com instituições relevantes aos mais diversos níveis.

Em 2018, o CCAC recebeu um total de 733 queixas e denúncias, das quais 141 foram da área do combate à corrupção, enquanto 592 da área da provedoria de justiça. Até final do ano, foi concluída a investigação de 889 casos pelo CCAC. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de um total de 180 casos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 709 casos foram dados por concluídos e arquivados. A par disso, o CCAC recebeu 1171 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 728 relacionados com matéria criminal e 443 relacionados com matéria administrativa.

No que se refere às acções de sensibilização, o CCAC deu continuidade à realização das diversas acções da sensibilização para a integridade. Em 2018, foram organizadas 476 palestras e colóquios, contando com a participação de 23.443 pessoas, dirigidas essencialmente aos trabalhadores da função pública, membros de associações, empregadores e trabalhadores de estabelecimentos comerciais, jovens e estudantes do ensino secundário e primário. No mesmo ano, o CCAC lançou pela primeira vez um livro ilustrado, destinado à relação pai-filho, sobre integridade, intitulado "O Último Prémio para o Dentolas", e realizou ainda uma série de actividades de sensibilização. Por outro lado, tendo em conta os hábitos dos trabalhadores do sector educativo no que respeita à utilização de material de educação moral, o CCAC implementou a página electrónica intitulada "Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade", facilitando a pesquisa dos trabalhadores do sector educativo relativamente aos recursos educativos do CCAC sobre honestidade.

As delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a desenvolver as suas funções relativamente à promoção comunitária e à recepção de queixas e denúncias. Em 2018, o número de queixas ou denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos nestas duas delegações totalizou 940.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC enviou delegações para realizarem visitas à Comissão Nacional de Supervisão, à Suprema Procuradoria Popular, ao Ministério da Segurança Pública, ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho do Estado, ao Departamento de Segurança Pública da Província de Zhejiang e ao Colégio da Polícia de Zhejiang. Uma delegação do CCAC deslocou-se também a Portugal para visitar o Ministério da Justiça, a Provedoria de Justiça, o Instituto dos Registos e do Notariado, a Embaixada da República Popular

da China em Portugal e a Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa; a Hong Kong para participar na Cerimónia de Entrega dos Prémios da Provedoria de Justiça 2018, e a Viena para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; Para além disso, o CCAC enviou também pessoal a Shenyang, província de Liaoning, para participar na 3.ª Conferência Académica Internacional sobre Investigação Criminal e Ciência Forense. Da mesma forma, foram recebidas pelo CCAC diversas delegações da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Governo Popular da Província de Jiangsu, do curso de formação avançada em Hong Kong e Macau para funcionários do Governo Popular da Cidade de Changzhi, província de Shanxi, da Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura e do Government Inspectorate do Vietname, entre outros, trocando-se experiências profissionais e aprofundando as relações de cooperação mútua.

Em articulação com o desenvolvimento da tecnologia da informação, o CCAC, em 2019, otimizará os equipamentos técnicos necessários para a execução da lei, fortalecerá a formação profissional do seu pessoal, com o objectivo de aumentar ainda mais a eficácia dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do combate à corrupção; além disso, fiscalizará, de forma abrangente, os procedimentos relativos à eleição para o quinto mandato do Chefe do Executivo, com vista a assegurar uma eleição justa, imparcial e íntegra. Por outro lado, continuará a acompanhar, com atenção, os temas que colocam em causa o interesse público de relevante importância, instaurando, sempre que tal for necessário, os respectivos inquéritos e propondo a introdução de eventuais necessárias melhorias, fortalecerá a ligação e a cooperação com os serviços públicos, no sentido de elevar a eficácia relativa à prevenção de crimes funcionais e da prática de ilegalidades administrativas; insistirá também na actualização das estratégias relativas às acções de divulgação da integridade e no aprofundamento das acções de sensibilização dirigidas a todos os níveis sociais; procurará expandir ainda o contexto em que se desenvolve o intercâmbio e a cooperação internacional e regional.



Em 2018, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou quatro relatórios, incluindo dois relatórios de auditoria de resultados (Gestão do acervo bibliográfico da rede de bibliotecas públicas e Planeamento e implementação do Governo Electrónico), um relatório de auditoria específica (Sistema de Metro Ligeiro - 4.º relatório) e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2017.

O relatório de auditoria de resultados “Gestão do acervo bibliográfico da rede de bibliotecas públicas” foi realizado com o objectivo de determinar a eficácia do modelo de gestão dos procedimentos de tratamento documental (que decorrem desde a recepção dos livros adquiridos pelo Instituto Cultural até à sua disponibilização para requisição), o ambiente no local de depósito de livros, se estes se encontram bem conservados e guardados e se existem critérios adequados para a selecção dos livros a juntar à colecção.

Até ao fim de Maio de 2017, existiam cerca de 100 mil documentos “registados mas não catalogados ou em vias de arrumação”, a maioria encontrava-se nesse estado há mais de cinco anos, havendo alguns que se encontravam no referido estado há mais de 17 anos. Além da acumulação, a má qualidade do ambiente no Depósito Central e a discordância nos procedimentos de selecção de livros também são os problemas que necessitam duma resolução definitiva e reforma profunda.

O relatório “Planeamento e implementação do Governo Electrónico” teve como objectivo avaliar se o planeamento e a implementação do Governo Electrónico realizados pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (adiante designada por SAFP) foram devidamente levados a cabo, isto é, se houve uma boa ponderação e organização dos trabalhos no sentido de garantir que os referidos trabalhos foram executados de forma metódica e, bem assim, se os objectivos traçados por esse organismo público foram ou não atingidos.

Desde 2001 até 2016, o SAFP investiu 237.346.502,41 patacas no desenvolvimento do Governo Electrónico, e elaborou um total de quatro planos para a sua implementação. Até 31 de Dezembro de 2016, dos 61 trabalhos que podiam ser objecto de avaliação em relação à sua execução, apenas 39 tinham sido concluídos, representando 63,93 por cento do total de trabalhos previstos, o que reflecte uma baixa taxa de execução. Relativamente aos restantes projectos - que, até à data referida, eram 22 -, 16 deles tinham sido propostos há mais de dez anos e ainda não tinham sido concluídos. O relatório de auditoria verificou por amostragem a execução efectiva do sistema de gestão de pessoal e do “ePass” criados pelo sujeito a auditoria, tendo-se constatado que os três módulos de gestão de pessoal apresentados em 2001 foram desenvolvidos de forma grosseira e imprudente, sem ter tido em conta as condições essenciais para sua elaboração, demorando 9 anos e 13 anos, respectivamente, a serem desenvolvidos para a sua implementação. No que diz respeito aos trabalhos de implementação do “ePass”, quer o planeamento desta plataforma quanto aos seus destinatários, quer a elaboração de qualquer diploma legal que enquadrasse e regulasse esta plataforma, quer o número de contas individuais criadas não atingiram os seus resultados previstos.

O CA divulga o relatório de auditoria específica intitulado “Sistema de Metro Ligeiro - 4.º relatório”, no qual, se constatou que, até Dezembro de 2017, só as obras da linha da Taipa foram concluídas. Esta linha tem uma extensão de 9,3 quilómetros, ou seja, equivale a 44,28 por cento do inicialmente planeado para o sistema do metro ligeiro. Por outro lado, quanto à linha de Macau, foram somente iniciadas obras preliminares da Estação da Barra. Relativamente

ao custo deste investimento, em 2007 previa-se que a 1.ª fase do metro ligeiro iria custar 4200 milhões de patacas, porém, em Setembro de 2012, o custo previsto aumentou exponencialmente para 14.273 milhões de patacas.

As principais verificações desta Auditoria apuraram que, desde o início das obras dos três segmentos da linha da Taipa, já tinham sido concedidas várias prorrogações do prazo contratual, de tal maneira que estas correspondem a um aumento de entre 95 a 111 por cento do prazo inicialmente estabelecido, havendo deficiências por parte do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes na apreciação dos pedidos de prorrogação e na coordenação e gestão dos trabalhos. O CA solicitou aos serviços relacionados com a área das obras públicas que reforcem os procedimentos de gestão de prazos em todas as obras em que estivessem envolvidos.

Como membro da delegação da China, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou na 14.ª Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria (ASOSAI), que decorreu entre 19 e 22 de Setembro, na capital do Vietname, Hanói, e teve ocasião para trocar opiniões e impressões com a auditora-geral, Hu Zejun, com o então director-adjunto do Comissariado de Auditoria de Hong Kong, John N. C. Chu, e com dirigentes de outras instituições de auditoria participantes, sobre a temática da Assembleia Geral, a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria. Entre 26 e 28 do mesmo mês, o Comissário participou, na qualidade de observador, na X Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade de Díli, em Timor-Leste, tendo partilhado impressões com os representantes das ISC presentes sobre o tema central "Impacto da Colaboração das Instituições Públicas e Privadas na Melhoria dos Trabalhos das Instituições Superiores de Controlo".

Para manter a boa comunicação com as instituições congéneres e acompanhar as mais recentes informações relativas à auditoria, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, liderou as delegações para visita ao Gabinete de Auditoria Nacional (GAN) e ao Departamento de Auditoria da Província de Guangdong em Abril e Junho, respectivamente, nas quais trocou opiniões com a auditora-geral, Hu Zejun, e com o chefe do departamento, Lu Rongchun, sobre o desenvolvimento do actual programa informático de auditoria, o pleno desempenho de Macau no seu posicionamento como Plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, a gestão de auditoria pública e a aplicação dos megadados na auditoria, bem como a cooperação bilateral no âmbito de formação de pessoal.

A convite da Sociedade de Auditoria da China, a delegação da Direcção dos Serviços de Auditoria participou no Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2018 realizado em Agosto, em Ordos, na Região Autónoma da Mongólia Interior. Além de terem apresentado duas comunicações, os participantes do CA aproveitaram o seminário para se inteirar das mais recentes tendências nas actividades de auditoria.

Para elevar os conhecimentos profissionais do pessoal de auditoria, em 2018, o CA convidou vários especialistas do GAN e de Hong Kong para ministrarem cursos temáticos sobre a auditoria de responsabilidades do pessoal de direcção, os diplomas legais de auditoria, a auditoria de investimentos em obras públicas, a auditoria de sistemas informáticos e a Norma Internacional de Relato Financeiro 15, permitindo assim a actualização atempada do conhecimento de auditoria e o acompanhamento da situação de auditoria nas diferentes regiões, aplicados nos trabalhos

de auditoria com vista à execução mais eficaz das tarefas de auditoria.

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos Encontros sobre a cultura de auditoria dirigidos a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança, a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública e a associações sociais para promover a aplicação adequada do erário público. No ano findo, o CA realizou um total de 25 sessões, com cerca de 900 participantes.

Julgamento Legal de Causas Judiciais Garante a Autonomia Judicial

Ministério Público Defende a Justiça do Estado de Direito



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2018	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos entrados	121	1204	19,401	96	20,822
Processos findos	110	1219	19,971	1478	22,778
Processos pendentes	76	725	12,632	103	13,536

Os processos entrados nos tribunais das três instâncias foram ainda principalmente processos penais e processos crimes do trabalho com 7403 processos (não incluindo processos entrados no Juízo de Instrução Criminal), seguidos por 5103 processos cíveis e processos cíveis do trabalho, 327 processos administrativos e 7989 processos de outras naturezas.

Divulgação jurídica e serviços de consulta

Para reforçar a divulgação jurídica e promover a transparência judicial, a partir de 9 de Outubro de 2013, os tribunais começaram a elaborar notícias sobre alguns processos típicos julgados pelos tribunais para publicar na página electrónica e na rede informática de notícias do Governo, e serem divulgadas pelos meios de comunicação social, esperando que, através desta medida, a sociedade obtenha melhor conhecimento jurídico e melhor observância legal, ao mesmo tempo que apreende diversas vias e metodologias judiciais para a resolução dos diferentes litígios. Até final de 2018, publicaram-se mais de 555 notícias, sendo 89 relativas a 2018.

O ponto de situação dos serviços de consultas prestados em 2018 pelo Tribunal Judicial de Base ilustra-se no seguinte:

2018	Juízo Penal	Juízo Civil	Juízo de Pequenas Causas Cíveis	Total
N.º total de pessoas recebidas	6210	4649	1482	12.341
N.º de processos envolvidos	6362	4313	1482	12.157
N.º de processos directamente tratados pela Secção de Informação	6249	3897	1482	11.628
N.º de processos transferidos para o MP	100	366	-	466
N.º de processos transferidos para outros departamentos	13	50	-	63
N.º de consultas de informação por telefone	598	875	-	1473

Assistência e execução das decisões judiciais

Relativamente à citação ou notificação de actos judiciais e produção de provas em matéria civil e comercial, bem como, a outros actos judiciais das mesmas matérias, o TUI recebeu, em 2018, um total de 188 pedidos de tribunais do Interior do País. Enquanto os tribunais da RAEM solicitaram 52 esclarecimentos ao Interior do País.

Em 2018, o Tribunal de Segunda Instância recebeu 21 pedidos de revisão e confirmação de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do Interior do País, enquanto o Tribunal Judicial de Base recebeu três processos executórios de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do

Interior do País, já revistas e confirmadas pelo Tribunal de Segunda Instância.

Declarações de bens patrimoniais

Em 2018, o TUI, ao implementar as disposições da Lei n.º 11/2003 alterada pela Lei n.º 1/2013 e atender individualidades no procedimento de declarações de bens patrimoniais, instalou 201 novos arquivos individuais e tratou 2071 declarações, envolvendo 1575 indivíduos, e procedeu à compilação e renovação, nos termos da lei, do conteúdo dos arquivos individuais de declarações de bens patrimoniais.

Por outro lado, segundo as disposições da Lei n.º 11/2003, alterada pela Lei n.º 1/2013, o Serviço do TUI disponibiliza, na sua página electrónica, o conteúdo da Parte IV de todas as declarações recebidas que deve ser publicado nos termos da lei. Em 2018, foram publicados e podem ser consultados na página electrónica os documentos entregues por 319 individualidades com 457 declarações (Parte IV). Actualmente, as declarações de bens patrimoniais, que foram publicadas e podem ser consultadas na página electrónica, totalizaram as 2727, envolvendo 712 individualidades.

Insistência no julgamento legal assegura a autonomia judicial e promoção da assistência judiciária promove a construção da Grande Baía

O presidente do Tribunal de Última Instância, Sam Hou Fai, ao discursar na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2017/2018, referiu que, no ano judiciário passado, os órgãos judiciais vieram a ser colocados na frente dos conflitos existentes na vida política, económica e social da RAEM. Na origem deste fenómeno estão o facto de terem entrado nos tribunais certos casos típicos de judicialização da Política e casos envolvidos nos interesses enormes de milhares de cidadãos e sociedades comerciais. Mas nós, enquanto órgãos judiciais, não temos outra alternativa senão enfrentar os desafios. Contudo, houve alguém que, contrariando a exigência fundamental de imparcialidade judicial, acusou os juízes de serem mera “boca da lei”, até solicitando publicamente que os juízes responsáveis pelo processo alterassem a jurisprudência dominante para se ajustar a certos interesses específicos, enquanto a legislação se mantinha inalterada. Na verdade, os magistrados judiciais só podem cumprir fielmente a lei e não têm competência para criar lei nova, nem alterar ou revogar as leis antigas que ainda estão em vigor, muito menos distorcer o sentido da lei através de jurisprudência para satisfazer certas pretensões de alguma parte. Essa é a reclamação do Primado da Lei, é a exigência e expectativa da sociedade para com os órgãos judiciais e os magistrados, e a linha de fundo que devemos sempre defender, A independência judicial serve de pressuposto e base à justiça imparcial. O respeito pela autoridade judicial e a defesa da independência judicial traduzem-se num dos valores essenciais de Macau. Caso a Justiça não seja independente, a autoridade judicial não seja valorizada, os órgãos judiciais fiquem sujeitos a qualquer interferência e as decisões judiciais possam ser incumpridas, então o Direito deixará de oferecer critérios de decisão imparciais e neutros, os órgãos judiciais jamais serão a última barreira de protecção dos

direitos e interesses dos cidadãos, e tornar-se-á impossível afirmar o valor da justiça imparcial e a autoridade do Direito.

O presidente, Sam Hou Fai, acrescentou que a construção da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau foi uma decisão significativa tomada pelo Governo Central partindo da estratégia de desenvolvimento do Estado. Como se sabe, o princípio “um país, dois sistemas” apresenta-se como uma característica sobressaliente e uma grande vantagem da região Grande Baía. No entanto, tendo em conta que a construção da Grande Baía constitui uma cooperação inter-regional que atravessa várias jurisdições, cujos sistemas jurídicos e judiciários são diferentes e organizados sob tradições jurídicas distintas, um dos desafios que necessariamente se enfrentará é o conflito de leis. Actualmente, no que toca à cooperação judiciária em matéria civil e comercial, pese embora a RAEM tenha celebrado, respectivamente, com o Interior da China e Hong Kong, cinco acordos de cooperação judiciária em matéria civil e comercial, e três dos quais, isto é, os celebrados com o Interior da China, tenham sido aplicados com êxito, certo é que subsiste a questão de avaliar e rever os acordos vigentes atendendo às necessidades da construção da região Grande Baía, com vista a aumentar a eficiência da cooperação judiciária. No que se refere à cooperação judiciária em matéria penal, Macau apenas assinou com Hong Kong um acordo relativo à transferência de pessoas condenadas. Quanto às outras matérias, designadamente, notificação de actos judiciais, investigação e obtenção de provas, entrega de fúgitivos, e reconhecimento e execução de sentenças penais ainda nada se fez. Relativamente à cooperação judiciária em matéria penal entre Macau e o Interior da China, nem sequer existe um único acordo. Portanto, no tocante à cooperação judiciária em matéria penal, mostra-se necessário implementar essa cooperação a nível inter-regional, à procura de avanços particulares na elaboração do diploma complementar que concretize o preceituado no art.º 93.º da Lei Básica - Lei de assistência judiciária inter-regional em matéria penal.

